

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

CHEQUE E NOTA PROMISSÓRIA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — NOTIFICAÇÃO JUDICIAL - ART. 867/CPC -
DESAPROPRIAÇÃO - SÓCIO MAJORITÁRIO - CRÉDITO - EXECUÇÃO - RESSALVA DE
DIREITOS

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE - ESTADO DO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC/MF sob o nº, com filial na Rua nº, Bairro, na Cidade de, Estado do, por seu procurador, "in fine" assinado, vêm, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 867 e seguintes do Código de Processo Civil, para proceder a NOTIFICAÇÃO JUDICIAL da, sociedade de economia mista, concessionária do Serviço Público Federal de Energia Elétrica, inscrita no CGC/MF sob nº, com sede na Rua nº, em, na pessoa de qualquer de seus representantes legais, Srs. Drs., (qualificação), advogado, inscrito na OAB/... sob nº e no CPF/MF sob nº;, (qualificação), advogado, inscrito na OAB/... sob nº e no CPF/MF sob nº e, (qualificação), advogada, inscrita na OAB/... sob nº e no CPF/MF sob nº, com endereço na Rua nº, em, Comarca de, pelos seguintes motivos e finalidade adiante declinados: Segundo apontam comentários, em, a ora notificada irá proceder a desapropriação amigável de extensa área de terras rurais pertencente à empresa denominada, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº, estabelecida na Rua nº, em, nesta Comarca e também a, (qualificação), inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado no lugar denominado, Município de, nesta Comarca. Ocorre que, conforme perfeitamente atesta a certidão ora inclusa, a ora notificante é autora de execuções por quantia certa propostas contra e E, embora a área objeto da desapropriação antes referida não se encontre ainda penhorada, poderá ocorrer que os demais bens pertencentes aos devedores sejam insuficientes para a garantia do principal devido e demais encargos. Nessa última hipótese, outra alternativa não restaria à ora notificante, que não a de ingressar com medida judicial diversa, objetivando o retorno do patrimônio dos devedores e da empresa, da qual é sócio, ao "statu quo ante", a fim de que possa garantir o pagamento de todas as dívidas de responsabilidade de seus sócios. Porém, para que todos os direitos restem devidamente ressalvados, inclusive os da própria empresa ora notificada, vem a notificante dar-lhes conhecimento, pela presente via, da situação antes abordada, a fim de que sejam observadas todas as medidas acauteladoras cabíveis. "EX POSITIS", respeitosamente vem requerer a Vossa Excelência, que se digne em determinar a Notificação Judicial da, antes já qualificada, na pessoa de qualquer um de seus representantes legais, todos seus procuradores, antes já nominados e qualificados, para que fique ciente da situação processual descrita na certidão ora apresentada, bem assim da disposição da ora notificante, para que ao proceder o pagamento do valor da indenização devida à, observe o acautelamento necessário, a fim de restarem ressalvados os direitos do ora notificante e os da própria notificada, como de direito. Atribui-se à causa, para efeitos meramente fiscais, o valor de R\$ (....), sobre o qual foi recolhida a Taxa Judiciária. E. Deferimento, de de Advogado